

# Quem Está no Comando?



Vitral da igreja do Union College, Lincoln, Nebraska, EUA.

## Observações sobre governança na educação adventista do sétimo dia

FLOYD GREENLEAF

**E**ram 10h30 da manhã de terça-feira, dia 16 de março de 1897, quando a comissão da Associação Geral (AG) se reuniu para o quarto concílio de primavera em Battle Creek, Michigan, presidido pelo Presidente G. A. Irwin. Além dos doze membros da comissão, seis outros convidados estavam presentes, número extraordinariamente grande, incluindo G. W. Caviness, diretor do Battle Creek College, e W. E. Aul, professor de matemática da faculdade. Entre os convidados estavam também W. W. Prescott e W. C. White.<sup>1</sup>

Essa reunião foi seguida de uma série de reuniões dos acionistas da Sociedade Educacional. Normalmente esse grupo se reunia duas vezes em rápida sucessão para administrar seus negócios anuais: Primeiro para ouvir relatórios e então para eleger mesa diretiva para o Battle Creek College.<sup>2</sup> Os eventos foram desviados em 1897, e tiveram de se reunir várias vezes. Antes da eleição dos membros votantes, o que normalmente

**A pergunta de Holser quanto a quem deveria ter autoridade sobre as instituições educacionais da igreja demorou muito a ser decidida e muitos poderão argumentar que nunca foi verdadeiramente resolvida.**

era um exercício automático, Caviness e Aul haviam coletado, por consulta, votos suficientes para substituir alguns

dos candidatos regularmente nomeados e assegurar lugares para si mesmos na mesa diretiva. A comissão da AG considerou isto uma crise, e então como “convidados” dos líderes da igreja, Caviness e Aul foram chamados para responder as alegações sobre a eleição manipulada.<sup>3</sup>

Dois anos antes, em 1895, na assembleia da AG, delegados reformadores levaram a administração da faculdade a reconstruir a escola para melhor aderir à compreensão dos líderes da igreja quanto aos testemunhos de Ellen White. Eles queriam maior ênfase na agricultura, cursos que preparavam melhor os obreiros, e maior cooperação com o Sanatório de Battle Creek. O historiador denominacional E. G. Vande Vere sugere que os líderes da igreja pensavam que Caviness, com o apoio de Aul, estava provocando atraso na esperada reforma. Na opinião de Vande Vere, Caviness e Aul acreditavam que as mudanças delineadas pela comissão da AG comprometeriam a integridade acadêmica.<sup>4</sup> A falha em conseguir maior cooperação

com o sanatório era particularmente en-fadonha para o Dr. John H. Kellogg, que exercia grande influência na comunidade, bem como na igreja em geral.

A reunião naquela manhã de março não foi agradável. A. T. Jones, novato na comissão da AG, falou primeiro. Como ex-sargento das Forças Armadas americanas, ele empregou linguagem rude. Em seu ponto de vista, a questão era preocupante para toda a igreja, pois problemas no Battle Creek College estavam desmoralizando todo o programa educacional da igreja.

Caviness respondeu defensivamente que a reunião dos acionistas em questão não era “pior” que algumas outras, inclusive uma no ano anterior com “irregularidades” de votação nas mudanças da constituição da Sociedade Educacional. Ninguém objetou naquele momento. Jones não poderia ter ignorado a implicação de Caviness. Por que levantar dúvidas então? A que isso levaria?

H. P. Holser, membro da comissão da AG e presidente da Associação Central Européia, não se convencera da tentativa de Jones tornar isso uma questão da igreja em vez de uma questão institucional. Ele perguntou por que a comissão da AG devia discutir essa questão. Irwin, Prescott e White se apressaram para explicar que “existia diferença entre a comissão assumir autoridade sobre questões fora de sua jurisdição, e dar conselhos quando solicitada por indivíduos ou instituições”.<sup>5</sup>

Já que a opinião de Holser era minoria, a reunião continuou a despeito de seu protesto. Assim como Caviness, Aul se recusou a desistir, alegando que suas ações eram justificáveis e que ninguém o havia influenciado a agir como fizera. Isto, de fato, negava qualquer conspiração entre ele e o diretor da faculdade.

## Na época do episódio de 1897 com Caviness, os líderes da igreja ... perceberam que a AG precisava mais que persuasão moral para criar um sistema entre as escolas.

A comissão da AG não estava fazendo muito progresso.

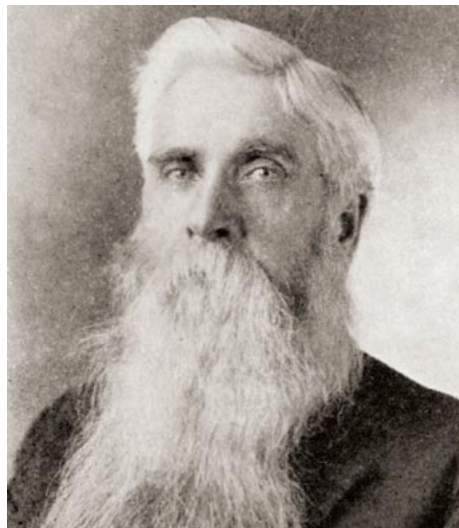
Depois de ficar sabendo que a próxima reunião da comissão da AG lidaria com a educação de modo mais amplo, Holser sugeriu que passassem algum tempo estudando os testemunhos de Ellen White no que se referia a escolas. Após fazerem isso na noite seguinte, decidiram que na segunda-feira seguinte visitariam a faculdade.

O secretário que fez os registros não

menciona se os membros da comissão consideravam a visita um *tour de force*, mas seu efeito foi administrar *coup de grace* à administração de Caviness. Dois dias depois, Irwin anunciou sua demissão da direção da faculdade. Embora a comissão da faculdade já houvesse convidado E. A. Sutherland, diretor do Walla Walla College, para substituir Caviness, Irwin sentiu que a comissão da AG devia confirmar a decisão.<sup>6</sup>

A comissão da AG não foi unânime quanto a essa questão. Um membro declarou que não queria ouvir coisa alguma sobre o “ajuste das dificuldades relacionadas com a faculdade”. Jones bombasticamente declarou que era uma questão de Deus ou Satanás estar no comando da obra. Contudo, por adiamento, o secretário anotou que “parecia haver unanimidade... em relação à decisão geral a ser tomada”.<sup>7</sup>

A pergunta de Holser quanto a quem devia ter autoridade sobre as instituições educacionais da igreja demorou muito a ser decidida e muitos poderão argumentar que nunca foi verdadeiramente resolvida. Havia se iniciado 24 anos antes do cenário de 1897 com Caviness, na ocasião em que a comissão da AG registrou sua intenção de estabelecer uma escola denominacional e criar uma Sociedade Educacional. Quando este grupo foi finalmente formado,



George W. Caviness



Washington Foreign Mission Seminary (atualmente Washington Adventist University), Takoma Park, Maryland, EUA, entre 1905 e 1913.

consistia de acionistas que levantaram dinheiro para a escola.<sup>8</sup> Legalmente, esse corpo controlava a faculdade.

Enquanto o Battle Creek College permaneceu sendo a única instituição denominacional, as coisas andaram razoavelmente bem. No entanto, entre 1884 e 1897, várias novas faculdades da igreja foram estabelecidas nos Estados Unidos, nenhuma das quais estava sob jurisdição da Sociedade Educacional. E havia planos de mais instituições.

A comissão da AG não desencorajou a fundação de qualquer uma dessas instituições, mas a quem eles realmente prestavam contas? Em 1887, a AG revisou sua constituição para incluir um secretário de educação que deveria servir como intermediário entre a administração da igreja e as instituições. Por dez anos, W. W. Prescott manteve essa posição, dependendo em grande parte de persuasão moral para promover as opiniões da AG na expansão do sistema educacional. Durante a maior parte daquele tempo ele era também diretor do Battle Creek College, e assim, em teoria, funcionário da Sociedade Educacional.

### **Problemas e reformas no controle da educação**

Na época do episódio de 1897 com Caviness, os líderes da igreja estavam se conscientizando da fragilidade do controle educacional na igreja. Perceberam que a AG precisava mais que persuasão moral para criar um sistema entre as escolas. Os problemas estavam profunda e gravemente enraizados.

A princípio, a Sociedade Educacional conseguiu manter sua utilidade. Como membros da assembléia constituinte da faculdade, os acionistas escolhiam a mesa diretiva, ou diretores como ocasionalmente eram denominados. Por vezes, a sociedade designava alguns de seus próprios membros como comissão de nomeação para indicar a mesa diretiva da faculdade; outras vezes, a comissão de nomeação nas assembléias da AG escolhia os membros da mesa. Em ambos os casos, quando aprovavam a lista de candidatos propostos, os acionistas refletiam a vontade da comissão da AG.

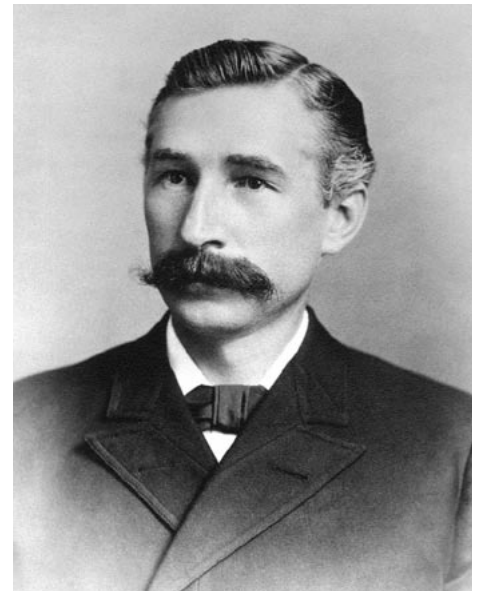
Críticos poderiam argumentar que essa ação era tão manipulada como a trapaça que Caviness e Aul haviam feito. O que os dois homens haviam feito era legal, porém se opunha aos desejos da Comissão da AG, de onde provinha

a autoridade da Sociedade Educacional. Com outras instituições denominacionais florescendo em toda a América do Norte, a Sociedade Educacional controlava apenas uma fração do campo e os eventos de 1897 mostraram que mesmo aquela posição era tênue. Apelando a uma autoridade superior para resolver o impasse, a Sociedade Educacional, com efeito, renunciou seu poder.

Líderes da igreja também passaram a ver o sistema acionista de fundar e manter instituições, no qual a Sociedade Educacional era baseada, como sendo inadequado. Enquanto o sistema havia capacitado a jovem igreja a estabelecer uma faculdade, a Sociedade Educacional havia se tornado verdadeiro amotecedor entre a comissão da AG e a escola. Caviness e Aul haviam demonstrado que, bloqueando a intervenção de crises, os acionistas podiam manter a escola fora do alcance.

**E**m outros lugares, o sistema de acionistas também estava com problemas. Em 1889, apenas sete anos depois de sua fundação, a South Lancaster Academy (Massachusetts) estava à margem da bancarrota. Uma comissão criada para esta situação recomendou, entre outras medidas corretivas, que os acionistas entregassem suas ações para a AG a fim de que a “academia pudesse ser controlada pelos membros votantes eleitos por aquele corpo”.<sup>9</sup> Alguns anos depois, a comissão da AG considerou a necessidade de colocar “todas as instituições e empreendimentos ligados à obra, sob a direção e controle da denominação”, referência nada sutil às quase independentes corporações e sociedades (que incluíam o sistema de acionistas) que dirigiam instituições e ministérios da igreja.<sup>10</sup>

Outra questão foi a precária situação financeira da maioria das instituições adventistas. Quer estivessem sendo controladas por acionistas, associações ou algum outro tipo de autoridade, quase todas enfrentavam dificuldades financeiras. Para se libertarem, tipicamente confiavam no, ou pelo menos desejavam o, auxílio da Associação Geral. Líderes da igreja acabaram investindo dinheiro em instituições sob as quais tinham pouco controle. A igreja precisava de regulamentos administrados centralmente para guiar os diretores e outros líderes de instituições que estavam sendo estabelecidas, para evitar o embaraço financeiro e para esclarecer



A. T. Jones

o relacionamento entre a administração geral da igreja e as instituições.

Outro problema ainda surgiu pela falta de currículo sistemático nos níveis mais básicos, o que produziu normas irregulares de desempenho acadêmico. Muitos alunos foram preparados para a faculdade de modo inadequado. A denominação também precisava de um sistema de credenciamento administrado centralmente para que os professores pudessem ser transferidos prontamente de um campus para outro.

Durante os anos em que foi secretário educacional, Prescott tentou sistematizar a educação adventista. Ele não foi muito bem sucedido. Ao responder a Holser naquela manhã de março em 1897, Irwin e seus colegas descreveram a questão de autoridade como um assunto menos complicado do que os fatos sugeriam. A comissão da AG não estava apenas oferecendo conselhos a uma instituição que o havia pedido. Por anos, os líderes da igreja haviam se envolvido administrativamente nos negócios das maiores escolas.

Os problemas chegaram ao seu clímax na Assembléia da Associação Geral em 1895, justamente antes de um voto sobre a resolução de reforma do Battle Creek College. Um delegado questionou como a resolução seria executada. O presidente da AG lhe assegurou que era “dever” da comissão da AG cuidar de todos os aspectos da “obra”.<sup>11</sup> Dois anos depois da questão de Caviness, o secretário registrou que a



Frederick Griggs

comissão da AG queria que todos soubessem que ela mantinha supervisão de todas as instituições adventistas.<sup>12</sup>

Ninguém sabe precisamente o que Holser estava pensando naquela manhã de março, mas ele não estava meramente tentando embarçar a questão ou escapar de problema confuso. Provavelmente estava tentando encontrar seu caminho em labirinto de precedentes conflitantes para definir a linha de autoridade do Battle Creek College e instituições da igreja em geral. A quem o Battle Creek College estava subordinado? Quem realmente estava no comando?

Momentos divisórios na história nem sempre são fáceis de ser identificados, porém indiscutivelmente as ações da comissão da AG em março de 1897 constituíram um ponto fundamental na história da educação adventista. Elas começaram a mover uma série de eventos que se estendeu pelo século 20 e que eventualmente proveu algumas respostas à pergunta de Holser quanto à autoridade sobre as instituições, especialmente sobre as faculdades adventistas.

**A**pós aquela manhã de março, a comissão da AG não perdeu tempo em lidar com o problema. Como era esperado, o primeiro alvo foi a Sociedade Educacional, que eles desmantelaram. Despir os acionistas de sua função envolvia a posse da propriedade, o que tornou necessário conselho legal. Por volta de 1901, a Sociedade Educacional estava morta

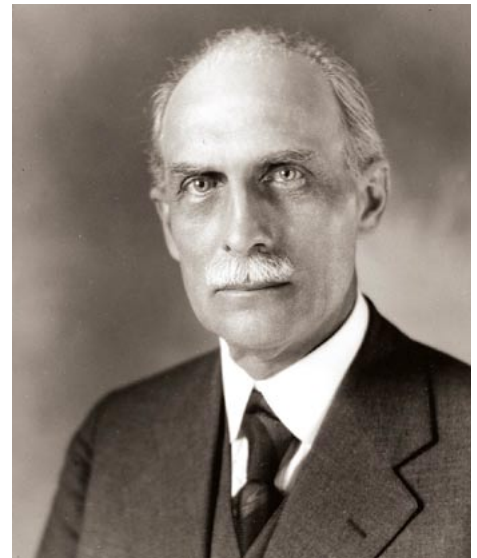
e a propriedade revertida para a AG.<sup>13</sup> Enquanto isso, os líderes da igreja estavam fazendo experiência com uma comissão para supervisionar a educação denominacional. No entanto, a linha de autoridade permaneceu obscura até que os delegados à Assembléia da AG de 1901 criaram o departamento de educação, consistindo de sete membros liderados por um secretário. Este corpo era visto como uma ramificação da comissão da AG.<sup>14</sup> Esta ação foi parte da histórica revisão organizacional votada pela igreja naquela assembléia.

Escolher os membros dessa comissão foi mais fácil do que definir sua autoridade. Logo após o início do processo de reorganização em 1897, um grupo criado para essa situação recomendou que todas as escolas adventistas dessem funcionar em pé de igualdade, porém persistia a idéia de que a AG devesse operar uma escola modelo para preparo de obreiros. Considerações anteriores pelos membros do departamento de educação chegaram à conclusão de que a AG deveria abandonar todo controle direto sobre as instituições e deixar a posse e controle nas mãos das uniões recém-criadas. O Emmanuel Missionary College assumiria a função de escola modelo de treinamento, mas não funcionaria sob o controle imediato da Associação Geral.<sup>15</sup>

Esta decisão estava de acordo com os argumentos de A. G. Daniells e W. C. White, dois anos depois, durante a assembléia da Associação Geral de 1903, que estimulava a continuação das uniões que os delegados tinham autorizado em 1901. “Nossa Associação Geral deve deixar de se envolver em trabalho institucional, e deixar que as uniões cuidem do trabalho de seu território”, disse White abruptamente durante a reunião.<sup>16</sup> Dois anos mais tarde, em 1905, quando Frederick Griggs, secretário do departamento de educação, expôs seu plano de um sistema abrangente do ensino fundamental ao ensino superior, completo, com diretrizes curriculares denominacionalmente aprovadas, manuais de funcionamento e credenciamento, o modelo de controle da união sobre as faculdades se tornou o procedimento padrão na educação adventista do sétimo dia.

Todas as instituições obedeciam à autoridade da igreja em um ou outro nível. No caso do ensino superior, eram os presidentes das uniões que ocupavam a presidência das mesas das faculdades.<sup>17</sup>

Os delegados unanimemente aprovaram a proposta de Griggs, que deu à



Warren E. Howell

educação adventista seu formato básico que continua até hoje. As uniões e associações essencialmente controlariam a administração imediata das escolas, mas esperava-se que cumprissem a vontade do órgão superior – a Associação Geral – que proveria os regulamentos e parâmetros básicos de atuação. Era um plano de autoridade compartilhada entre a Associação Geral e os níveis inferiores de administração da igreja, incluindo oficiais de ensino superior.

Durante o século que se passou desde aquele ato, o debate se concentrou na questão de que aspectos de autoridade são compartilhados e como devem ser compartilhados. Este artigo considerará três das maiores questões relacionadas à autoridade compartilhada: credenciamento voluntário, educação ministerial e regulamentos institucionais gerais.

### **Desafio A ao controle sistemático: Credenciamento**

A luta quanto ao credenciamento voluntário consumiu a maior parte das décadas de 1920 e 1930.<sup>18</sup> Apesar desta controvérsia se concentrar no reconhecimento de instituições adventistas por órgãos regionais de credenciamento, o problema envolveu inúmeros aspectos da educação denominacional. No auge do conflito estavam as duas personalidades que dominaram a educação adventista de 1903 a 1930: Frederick Griggs e Warren E. Howell. Ambos acreditavam fortemente na organização detalhada e em um sistema verdadeiramente adventista – não apenas em uma rede – com controle centralizado. Con-

trole não significava micro-administração, mas autoridade para estabelecer infraestrutura sistemática de padrões, currículos e regulamentos de governos aos quais as instituições deviam se sujeitar.

Os dois homens discordaram na questão do credenciamento. Griggs apoiava a idéia de reconhecimento oficial por universidades ou departamentos de educação do Estado, enquanto Howell acreditava que buscar o credenciamento em associação de credenciamento comprometeria os princípios fundamentais das escolas adventistas do sétimo dia. Em 1918, ele substituiu Griggs como secretário de educação da Associação Geral, o que lhe permitiu desenvolver um sistema adventista único de educação, não deixando espaço algum para o credenciamento secular.

Dando continuidade à prática da persuasão moral de W. W. Prescott, Howell fez com que todo o peso de influência da Associação Geral pressionasse a necessidade de rejeitar tendências “mundanas”. O debate pressionou administradores de faculdades que enfrentavam o problema de oferecer educação competitiva para profissionais – entre eles, médicos, professores e enfermeiros, de quem a igreja desesperadamente necessitava – contra líderes da igreja que acreditavam que as advertências de

Howell quanto à educação adventista destruiriam a identidade da educação adventista do sétimo dia. Caminhando no meio daquela corda bamba estavam os diretores das mesas administrativas das faculdades. Eles buscavam cooperar com os educadores das faculdades na promoção de programas viáveis de educação profissional. Ao mesmo tempo, esperava-se que funcionassem como membros leais da comissão da AG, na qual a oposição ao credenciamento havia alcançado o nível de formular regulamentos.

Finalmente, líderes denominacionais, inclusive o presidente da Associação Geral, cedeu à força viva do ensino superior. No processo, alguns membros da mesa – presidentes das uniões – colaboraram calmamente com os diretores das faculdades para alcançar o inevitável, uma aceitação geral do credenciamento. Depois de a poeira ter assentado no fim da década de 1930, ficou evidente que a autoridade da Associação Geral sobre o ensino superior adventista havia enfraquecido.

**A** despeito de sua oposição ao credenciamento regional, Howell convenceu-se de que as faculdades não poderiam ser lei para si mesmas. Ele viu de modo correto o credenciamento como processo

de auto-regulamentação, e o considerou com elevado respeito. Durante os últimos dois anos do exercício de seu cargo como secretário de educação, ele liderou o movimento para estabelecer uma associação de instituições adventistas de ensino médio e superior, acompanhado por processo de credenciamento administrado pela comissão de credenciamento. Em 1930, este plano foi colocado em ação. Na força da autoridade da Associação Geral, os departamentos de educação em nível de união e associação imporiam esses regulamentos tanto nas instituições adventistas de ensino médio como superior para demonstrar que instituições de ensino da igreja poderiam manter padrões educacionais competitivos por si mesmas.

Devido às uniões e associações terem aceitado o programa, a idéia de credenciamento denominacional teve êxito, mas, contrário ao que Howell esperava, o plano não eliminou a necessidade de reconhecimento secular. Assim não evitou o que ele e outros viam no credenciamento secular como práticas intrusivas. Para crédito de Howell e outros que conceberam o plano, o conceito de credenciamento denominacional resiste até o presente e permanece como a ferramenta mais eficaz para exercer influência da igreja sobre as instituições de ensino superior em todo o mundo. Neste sentido, Howell foi bem sucedido, provavelmente muito além de suas expectativas.



Seventh-day Adventist Theological Seminary na Andrews University, Berrien Springs, Michigan, EUA.

### **Desafio B ao controle sistemático: Educação ministerial**

Outra questão que fez parte do debate quanto à autoridade sobre as faculdades adventistas foi a questão da educação ministerial.<sup>19</sup> Para compreender este assunto, precisamos nos lembrar de que o propósito duplo da educação adventista era preparar obreiros denominacionais e educar para a salvação de alunos. Líderes da igreja particularmente associavam cursos preparatórios com o ensino superior e a educação para a salvação com os níveis inferiores. Mas os dois propósitos estavam intrinsecamente unidos em todos os níveis.

As primeiras gerações de pastores adventistas eram conversos que já eram ministros de outras denominações, ou pessoas que simplesmente surgiam no grupo como líderes mas que não possuíam preparo teológico formal. A orientação tutorial era o método principal de treinar ministros. Durante as duas primeiras décadas do século 20, as facul-

Em 1905, quando Frederick Griggs, secretário do departamento de educação, expôs seu plano de um sistema abrangente do ensino fundamental ao ensino superior, completo, com diretrizes curriculares denominacionalmente aprovadas, manuais de funcionamento e credenciamento, o modelo de controle da união sobre as faculdades se tornou o procedimento padrão na educação adventista do sétimo dia.

dades adventistas desenvolveram seus próprios programas de preparo ministerial. Quase que imediatamente após sua indicação em 1918 como secretário de educação da AG, Howell apresentou um plano que tornaria o preparo teológico a atividade central em todas as faculdades adventistas.

A proposta estabelecia requerimentos específicos de currículo e estipulava que alunos que completassem o bacharelado receberiam diploma de teologia sagrada. Para conferir prestígio à educação ministerial, todos os cursos de teologia se tornariam escolas de teologia lideradas por um reitor, não apenas departamentos comuns liderados por

um presidente. Essas unidades instrucionais não seriam autônomas, ao contrário, seriam o centro do campus em torno do qual tudo girava. Os planejadores anteciparam que todas as faculdades adventistas na América do Norte se tornariam escolas bíblicas. Mais tarde, Howell disse que via as faculdades na América do Norte como instituições que produziam obreiros para o campo mundial, e que, indiscutivelmente, seus regulamentos “deviam ser determinados pela organização responsável pelo todo”, querendo indicar, logicamente, a Associação Geral.<sup>20</sup>

Essa idéia encontrou resistência imediata. Como grupo, os pastores eram, provavelmente, os menos educados de todos os obreiros profissionais denominacionais. Todos concordavam que a educação ministerial era questão crítica para a igreja. No entanto, à medida que a igreja cresceu, precisou de um número cada vez maior de pessoas preparadas em diferentes áreas profissionais. O movimento de credenciamento, que estava começando a florescer, buscou assegurar aos alunos que as escolas da igreja proviam educação competitiva em todos os cursos oferecidos pelas faculdades, o que significava que toda a gama de matérias oferecidas e principais campos de estudo cumpriam padrões básicos de qualidade.

Tudo isso significou que o modelo de escola bíblica não era plausível para faculdades adventistas. Alunos, juntamente com líderes da igreja que buscavam obreiros, esperavam a educação profissional em número crescente de áreas. A conclusão foi inevitável: Ao mesmo tempo em que o preparo ministerial poderia ser central nos campi adventistas, não poderia alcançar este status à custa de cursos existentes ou futuros que fossem necessários. Consequentemente, apesar do curso de preparo ministerial reter sua estatura nos campi adventistas, funcionava como um de vários cursos e departamentos.

Enquanto isso, o foco mudou da educação ministerial superior para estudos

avanzados. Em 1934, o programa de estudos avançados para pastores foi iniciado. Três anos depois, se tornou um seminário livremente estabelecido oferecendo programa de mestrado bona fide.<sup>21</sup> Este desenvolvimento ocorreu sob a supervisão direta da Associação Geral. As faculdades continuaram oferecendo cursos de preparo ministerial, mas nunca alcançaram a padronização recomendada pela proposta de 1918. Depois da estréia da educação ministerial pós-bacharelado, o principal resultado acadêmico da proposta de 1918 foi que as faculdades tiveram de garantir que seus formandos no ministério pastoral se qualificassem para admissão no seminário.

A questão da educação ministerial se apoiava na suposição de que a denominação tinha um direito inato de modelar e direcionar a educação de seu clero. O modelo de escola de preparo de obreiros previsto pelos líderes da igreja no século 19 finalmente se tornou realidade no seminário controlado pela Associação Geral. Em 1953, o Concílio Outonal aprovou o estabelecimento do mestrado como credencial acadêmica padrão para pastores (essa ação aplicava-se apenas à América do Norte). As associações deveriam implantar a medida “o quanto antes, sem prejuízo na provisão de obreiros”, uma advertência que causou atrasos prolongados ao cumprimento do voto. Na prática, significava que as associações continuavam a empregar como pastores os que possuíam apenas o certificado de faculdade e até mesmo pessoas que não tinham concluído o ensino superior.<sup>22</sup>

O impacto resultante desse processo que durou décadas foi remover a



Pacific Union College, Angwin, Califórnia, EUA.

educação ministerial da jurisdição das faculdades e colocá-la sob o controle da Associação Geral. Ao estabelecer um seminário com programas de pós-graduação, o que por sua vez estabelecia padrões acadêmicos de admissão, a Associação Geral exerceu controle implícito sobre programas preparatórios para o nível superior. Esse controle não simbolizava a microadministração dos cursos da faculdade, mas as instituições de ensino superior deveriam oferecer os pré-requisitos necessários aos alunos que buscavam a admissão no seminário.

À medida que o século 20 chegava ao fim, instituições em várias divisões buscavam estabelecer programas de pós-graduação em teologia. Consequentemente, os líderes da igreja sentiam que precisavam reconsiderar o controle da igreja sobre a educação ministerial. Em 1994, a Comissão da AG votou no Concílio Anual que todos os cursos de pós-graduação ministerial eram de responsabilidade da “Associação Geral (no caso da Andrews University) ou da respectiva divisão”.<sup>23</sup>

A despeito da clareza desse voto, ele não evitou que algumas faculdades inaugurassem seus próprios cursos de pós-graduação, tornando assim o diploma de mestrado – a credencial ministerial padrão – disponível em campi controlados pelas uniões em vez da Associação Geral ou uma divisão.

Para ganhar ainda mais controle sobre o preparo dos ministérios denominacionais, uma nova agência, a International Board of Ministerial and Theological Education (IBMTE) foi formada em 1998.<sup>24</sup> Mesas de educação ministerial das divisões, como ramificações desse corpo, tinham a autoridade tanto de endossar professores de religião e teologia como de recomendar sua demissão baseada em padrões estabelecidos pela mesa internacional central. A reação foi mista. Normalmente, os campos mundiais aceitavam as cláusulas, mas as escolas da América do Norte erigiram sólido muro de resistência baseado no fato de que sujeitando parte de seu corpo docente aos requerimentos estabelecidos por um corpo extra-institucional colocariam em risco o credenciamento da instituição. De fato, a autoridade do IBMTE violaria a liberdade acadêmica e o devido processo conforme definido pelos órgãos de credenciamento.<sup>25</sup>

A reação das faculdades e universidades da Divisão Norte-Americana (DNA)

foi influenciada também pelo voto de 1992, da divisão, declarando que as comissões diretivas eram a autoridade governante para cada instituição “de acordo com seus artigos e estatutos de incorporação”.<sup>26</sup> Era óbvia a contradição entre o voto de 1992 e a autoridade sobre os departamentos de religião assumidos pelo IBMTE. Apesar dos procedimentos de endosso do IBMTE buscarem assegurar a ortodoxia teológica, o conflito com as faculdades norte-americanas estava mais relacionado ao controle administrativo do que à filosofia teológica.

### **Desafio C ao controle sistemático: Regulamentos gerais**

Refletindo a extensa tradição de faculdades administradas pelas uniões, é de se questionar por que a ação da DNA, de 1992, foi necessária; mas a história do ensino superior adventista, especialmente durante a segunda metade do século 20, levou a esse voto.<sup>27</sup> Depois da Segunda Guerra Mundial, faculdades na América do Norte entraram em uma era de aumento de matrículas sem precedente, precisando de programas de construção e oferecimento de mais cursos. Com a complicação dos programas de pós-graduação, custos operacionais crescentes e matrículas incertas, a sobrevivência se tornou problema urgente, criando rivalidade entre as escolas de ensino superior da DNA.

Durante a década de 1960, comissões de ensino superior e programas de pós-graduação da igreja tentaram controlar o crescimento da educação terciária na Divisão Norte-Americana, mas a abordagem de sobrevivência darwiniana sobrepujou todas as tentativas de administrar o ensino superior adventista. Até o fim da década, existia uma crescente preocupação quanto à direção das faculdades denominacionais, levando à convicção de que a cooperação era vital para o seu futuro. Foi desenvolvido um plano mestre que determinaria a função que as instituições denominacionais de ensino superior deviam desempenhar



Canadian University College, Alberta, Canadá.

na igreja. Uma agência “cão de guarda”, funcionando como um tipo de supercomissão diretiva evitaria que as escolas duplicassem os cursos de pós-graduação e exigiria que obtivessem permissão antes de acrescentar novos cursos de graduação.<sup>28</sup>

Essa “supercomissão” formada em 1971 como Board of Higher Education (BHE) foi investida com autoridade para administrar o plano mestre para escolas de ensino superior na DNA. Dentro de um ano, porém, tanto a Andrews University como a Loma Linda University desafiaram a BHE submetendo pedidos para iniciar cursos de doutorado em educação profissional. Uma comissão designada para examinar as propostas favoreceu a Andrews e recomendou a rejeição dos planos da Loma Linda, mas a BHE resolveu o problema aprovando ambos os cursos.

A falha em evitar a duplicação de cursos de pós-graduação demonstrou a fraqueza da BHE. Seu presidente era o presidente da Divisão Norte-Americana, que representava autoridade imposta, enquanto uma grande proporção de seus membros votantes consistia de representantes de instituições rivais. Apesar da ostentação e forte retórica no princípio da BHE, o ideal de um sistema de educação superior baseado em plano mestre e governado por autoridade central havia se tornado mais ilusório que nunca. A despeito dos riscos, administradores de faculdades preferiram uma abordagem competitiva para a sobrevivência, em vez de uma orientação paternalista. Ao chegar a década de 1990, a irrelevância da BHE havia se tornado tão óbvia que a divisão teve dificuldade de preencher a vaga deixada pela aposentadoria do secretário executivo.

Durante uma breve experiência com um gabinete de educação superior, oficiais institucionais e diretores de comissões diretivas tentaram alcançar algum controle em nível de divisão sobre as instituições terciárias da DNA, mas nunca foi sua intenção que o gabinete exercesse a autoridade que a igreja e os líderes de educação haviam originalmente previsto para a BHE. A inexpressão desta prática estava clara. As faculdades já haviam concordado em revisar as regras de território da união que por décadas haviam ajudado a identificá-las. Em 1992, persuadiram a Divisão Norte-Americana a emitir uma declaração oficial reconhecendo as comissões diretivas como sendo a autoridade governamental máxima de suas instituições de ensino superior. A razão principal para esta ação foi a pressão das entidades de credenciamento por uma garantia de autonomia institucional. Apesar da validade do raciocínio, o momento da ação encaixou-se perfeitamente com a crescente resistência aos esforços para construir um sistema de ensino superior genuíno na América do Norte.

No limiar do século 21, o ensino superior na Divisão Norte-Americana poderia olhar para trás a quase cem anos de fracassadas tentativas de criar um sistema central de controle por parte dos líderes da igreja. No entanto, por causa de os administradores do ensino superior na DNA terem constatado que o diálogo e a colaboração são claramente benéficos para escolas com os mesmos alvos e desafios, a educação terciária na América do Norte está atualmente experimentando um modelo de consórcio que é independente da DNA e da Associação Geral.

### **Observação conclusiva**

Afinal, quem está no controle das faculdade e universidades adventistas? Educadores e administradores da igreja enfrentam um cenário global muito diferente do que existia de 1901 a 1905. O campo educacional em todo o mundo se tornou mais nivelado depois que Frederick Griggs, A. G. Daniells e W. C. White propuseram um sistema de poder compartilhado há mais de um século. Seu plano funcionou durante a maior parte do século 20, apesar dos resultados confusos. A visão de um círculo de escolas norte-americanas que pudesse prover obreiros para o resto do mundo ficou no passado à medida que admi-

nistradores da igreja em todo o mundo passaram pela nacionalização, e escolas de treinamento tornaram-se instituições de ensino superior com autoridade para conferir diplomas. Em pouco tempo, alguns desses novatos estabeleceram seus próprios cursos de pós-graduação; e hoje, 86 por cento das faculdades e universidades adventistas credenciadas estão localizadas fora da América do Norte. A função das escolas de ensino superior da Divisão Norte-Americana tornou-se mais uma questão interna para a DNA do que uma questão global para a Associação Geral monitorar. O mesmo está se tornando realidade nas outras divisões.

Mas é útil lembrar que sem considerar quão independente as escolas de ensino superior desejam ser, ou a divisão ou união responsáveis por elas, estas retêm identidade como instituições adventistas do sétimo dia, que implica responsabilidade e relação para com a igreja global.

Historicamente, o credenciamento fortaleceu o ensino superior e assegurou sua responsabilidade final. A maioria das escolas passou a considerá-lo como afirmação em vez de ameaça à sua independência, frequentemente orgulhando-se do número de órgãos de credenciamento que aprovam seus cursos.

No entanto, os administradores

## Uma Experiência Norte-Americana

*Associação de Faculdades e Universidades Adventistas: Grupo de Interesse Profissional, Comissão de Ação Política ou Consórcio?*

Em 2002, as faculdades e universidades da Divisão Norte-Americana formaram a Association of Adventist Colleges and Universities (AACU) [Associação de Faculdades e Universidades Adventistas], que foi legalmente incorporada como um “consórcio das quinze faculdades e universidades localizadas na Divisão Norte-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia dedicado a promover colaboração”. A AACU representa um esforço por parte das faculdades para cultivar cooperação em questões de interesse mútuo. Sua mesa consiste dos reitores de faculdades e universidades da DNA, os quais conduzem os negócios da associação. As reuniões anuais da Assembléia Constituinte da AACU reúnem reitores e diretores acadêmicos e financeiros das instituições. As 15 instituições participantes compartilham a liderança da associação elegendo um reitor de faculdade para ser o presidente da associação por um período intencionalmente de curto-prazo. O diretor executivo (atualmente um dos reitores de faculdade) também ajuda a coordenar o ensino superior na Divisão Norte-Americana. Atualmente, a função e relacionamento do departamento de educação da DNA e do departamento de educação da AG com a AACU permanecem indefinidos.

Cinco anos após seu início, a AACU lançou duas iniciativas buscando alcançar nova compreensão sobre duas questões que tinham sido um tanto divisórias e críticas para sua sobrevivência – *marketing* e recrutamento. Em uma assembléia constituinte assistida por diretores de comissões diretivas, a AACU considerou idéias de missão para a educação adventista. Os membros da associação também concordaram em visitar as reuniões das comissões diretivas uns dos outros em base rotativa, que, acreditavam, nutriria o senso de fraternidade e sistema no ensino superior da DNA.<sup>29</sup>

Quase seis anos depois de seu início, a AACU ainda está explorando novas áreas de mutualidade entre seus membros. Continua incerto quão longe o espírito de cooperação levará o ensino superior da DNA, especialmente quando instituições problemáticas tentam assegurar seu futuro frente a problemas de sobrevivência que têm historicamente praguado a educação superior adventista na América do Norte. Os membros da AACU estão comprometidos a honrar os princípios de autoridade institucional individual, mas será que estarão dispostos a cumprir seu acordo de promover colaboração suficiente para dividir a “torta acadêmica” se necessário for para perpetuar as tradições do ensino adventista, para servir a população adventista universitária, e para suprir as necessidades denominacionais de educação profissional? Será que o peso das circunstâncias forçará o ensino superior adventista no século 21 a resolver por cooperação as mesmas questões que contribuíram para o fim do controle imposto no século 20?



podem deixar de reconhecer o valor da inspeção de colegas se consideram a supervisão externa uma ameaça à autonomia e expansão de sua instituição. Lamentavelmente, as escolas adventistas são tão vulneráveis a essa tentação como as outras instituições.

O credenciamento adventista se preocupa não apenas com a qualidade acadêmica, mas também com marcas de referência para escolas que alegam educar em nome da igreja. Atingir essas marcas de referência não significa unanimidade forçada em miríades de detalhes, porém um acordo em questões centrais. A avaliação não busca obrigar a uniformidade; simplesmente compara o que está acontecendo em um campus às marcas de referência estabelecidas para determinar se a escola está vivendo à altura de suas alegações de educar em nome da igreja global. É apropriado que um órgão central de credenciamento, como agência da igreja global devesse administrar o processo de assegurar solidez e qualidade institucional.

Na atmosfera igualitária da igreja mundial, talvez a autoridade compartilhada, como é compreendida em sua forma original – um meio de atingir e manter um sistema educacional – tenha dado abertura à responsabilidade compartilhada. Embora esta generalização não seja evidente, ela provê algum discernimento na questão de autoridade no ensino superior adventista contemporâneo. Apesar dos relacionamentos terem mudado, a idéia de um sistema de educação adventista e a tarefa de preservar as tradições de educar para a eternidade e preparar profissionais para servir à denominação e à comunidade ainda é a sagrada responsabilidade das escolas adventistas.



Floyd Greenleaf, Ph.D., professor aposentado de história na Southern Adventist University, é autor do livro *The Seventh-day Adventist Church in Latin America and the Caribbean* (Andrews University Press, 1992), e co-autor do livro *Light Bearers: A History of the Seventh-day Adventist Church* (edição em inglês, Pacific Press, 2000; edição

em espanhol, 2002). Em 2005 ele terminou o livro *In Passion for the World: A History of Seventh-day Adventist Education* (Pacific Press); no qual este artigo foi baseado.

#### NOTAS E REFERÊNCIAS

- GC Committee Minutes, 16 de março de 1897. General Conference Archives and Statistics.
- Ver relatos da Educational Society no *General Conference Bulletin* para 1893 e 1895.
- Ver o relato de E. K. Vande Vere em *The Wisdom Seekers* (Nashville, Tenn.: Southern Publ. Assn., 1972), p. 68 a 79.
- Ibid.
- GC Committee Minutes, 16 de março de 1897.
- Ibid., 21 e 24 de março de 1897.
- Ibid., 16 de março de 1897.
- Ibid., 11 de março de 1873.
- Ibid., 10 de novembro de 1889.
- Ibid., 8 de agosto de 1891.
- General Conference Bulletin*, 1895, p. 358.
- GC Committee Minutes*, 15 de março de 1899.
- Ibid., 19 de setembro de 1897; 20 de março de 1898; 13 de outubro de 1899; 23 de outubro de 1900.
- Ibid., 1, 18, 19 e 22 de abril de 1901.
- Ibid., 20 de março de 1899; 21, 24 e 25 de abril de 1901. O plano original, para manter todas as instituições sob a jurisdição das uniões, passou por algumas modificações. A Oakwood Industrial School, posteriormente Oakwood College, não se tornou uma escola administrada pela união. A Associação Geral começou a participar na administração do College of Medical Evangelists (atualmente Loma Linda University) em 1910; pouco tempo depois, a escola se tornou uma instituição da AG. Em 1937, a Associação Geral estabeleceu o Seventh-day Adventist Theological Seminary, que foi fundido com o Emmanuel Missionary College pouco mais de 20 anos depois. A nova entidade, Andrews University, também se tornou uma instituição da AG.
- General Conference Bulletin*, 1903, p. 158. Ver também os comentários de Daniells nas páginas 100 e 101.
- Ibid., 1905, No. 4, p. 19, 20.
- Esta passagem sobre credenciamento foi baseada no Capítulo 13, “Debate Over Accreditation,” do livro de Floyd Greenleaf *In Passion for the World* (Nampa: Pacific Press Publ. Assn., 2005), p. 299 a 323.
- A educação ministerial é discutida em *ibid.*, p. 53 a 57, 345, e 346. Ver também Richard W. Schwarz e Floyd Greenleaf, *Light Bearers: A History of the Seventh-day Adventist Church* (Nampa, Idaho: Pacific Press Publ. Assn., 2000), p. 387 a 400. O artigo de Michael Campbell “A High and Sacred Calling: A Look at the Origins of Seventh-day Adventist Ministerial Training”, *Ministry* (Abril de 2007), p. 20 e 21, também oferece bom material histórico.
- General Conference Bulletin*, 1922, No. 3, p. 76. Esta proposta não incluiu o College of Medical Evangelists que, na época, oferecia diplomas de enfermagem e graduação em medicina.
- Ver Ronald Knott, “For a Beginning, ‘Most Satisfactory’: A History of SDA Graduate Education,” *Journal of Adventist Education* 45:3 (Fevereiro/Março 1983), p. 20-23; 38-41.
- GC Committee Minutes, 26 de outubro de 1953.
- Ibid., 7 de outubro de 1994.
- Ver o livro *Handbook of Seventh-day Adventist Ministerial and Theological Education* (Silver Spring, Md.: IBMTE, General Conference of Seventh-day Adventists, 2001). Para comentários sobre esta agência, consultar o livro de Bonnie Dwyer, “G. C. Approves Proposal to Control Theological Education and Theologians With ‘Endorsement’ Policy,” *Spectrum* (Inverno de 1999), p. 70 a 76; e Douglas Morgan, “Targeting Higher Education,” *ibid.* (Outono de 2001), p. 69 a 73.
- In Passion for the World*, p. 504-506.
- North American Division Committee Minutes, 14 de outubro de 1992.
- Para uma consideração deste e outros assuntos relacionados, ver o capítulo 20, “Challenges of Modernization”, *In Passion for the World*, p. 491 a 520.
- Ibid., p. 497-501, é a base dessa passagem sobre a Board of Higher Education [Comissão de Educação Superior].
- E-mail de Richard Osborn para Floyd Greenleaf, 9 de novembro de 2007.

Griggs apoiava a idéia de reconhecimento oficial por universidades ou departamentos de educação do Estado, enquanto Howell acreditava que buscar o credenciamento em uma associação de credenciamento comprometeria os princípios fundamentais das escolas adventistas do sétimo dia.